



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA  
17 DE MARÇO DE 2021 – N.º 05/2021 - MANDATO 2017 – 2021**

--- Aos dezassete dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, Casimira Pereira Alves, Sónia Sanfona e António Moreira. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

--- A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

-- **Ponto 01** - Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 3/2021 - Reunião realizada no dia 12/02/2021.-----

Município de Alpiarça.-----

**Para Deliberação:**-----

-- **Ponto 02** – Ata para apreciação e votação. Proposta de Ata n.º 4/2021 - Reunião realizada no dia 25/02/2021.-----

Município de Alpiarça.-----

**Para Deliberação:**-----

-- **Ponto 03** –Agradecimento – Outdoor colocado pela Câmara na USF de Alpiarça, alusivo à vacinação contra o covid 19. Proponente: Coordenadora da USF de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça.-----

**Para Conhecimento:**-----

-- **Ponto 04** – Saudação ao Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça, pelo seu 72.º Aniversário. Proponente: Liga dos Bombeiros Portugueses.-----





Município de Alpiarça.-----

**Para Conhecimento:**-----

-- **Ponto 05** – Louvor ao Comandante dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, Hugo Filipe Aparício Teodoro. Proponente: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.-----

Município de Alpiarça.-----

**Para Conhecimento:**-----

-- **Ponto 06** – Proposta – Emissão de Certidão de Compropriedade. Requerente: Maria Rosa Fernandes E. Cabelo.-----

Município de Alpiarça.-----

**Para deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:**-----

-- **Ponto 07** – Proposta de Autorização para a Adjudicação por Ajuste Direto das Lojas Números 14/15 (catorze/quinze) do Mercado Municipal de Alpiarça e Aprovação da Minuta do Contrato.-----

Município de Alpiarça.-----

**Para deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:**-----

-- **Ponto 08** – Proposta de Deliberação sobre o Exercício do Direito de Reversão do Município na Alienação de Imóvel.-----

Município de Alpiarça.-----

**Para deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:**-----

-- **Ponto 09** – Informação – Concurso Público Nº CP – 14/2020 - “Empreitada de requalificação da Escola Básica 2,3 S – José Relvas de Alpiarça” - Resposta à Impugnação da Reclamante Tecnorém.-----

Município de Alpiarça.-----



**Para deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação:-----**

**ABERTURA DA REUNIÃO**-----

--- A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento de seguida do resumo diário de tesouraria referente ao dia dezasseis de Março de dois mil e vinte e um, com um total de disponibilidades de 826.181,52 Euros (oitocentos e vinte e seis mil cento e oitenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos).-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dar informações sobre os dados relativos à evolução da Covid 19 no Concelho de Alpiarça, dizendo que a 16 de Março de 2021 havia 2 casos ativos, 246 já curados da doença e 6 óbitos, num total acumulado de 254 casos desde Março de 2020. Continuou dizendo que em relação ao nível de incidência de novos casos por 100 mil habitantes, Alpiarça estava nos 71,5, sendo que a média do país por cem mil habitantes era de 96, pelo que o Concelho estava muito abaixo da média nacional em tal parâmetro e também em relação à média da mortalidade; que o índice de transmissibilidade (rt) também era dos mais baixos do país. Quanto ao plano de vacinação, informou que já tinha decorrido o processo de vacinação nos lares e atualmente já se tinha iniciado a fase de vacinação da população em geral, de acordo com as indicações do Ministério da Saúde, sendo que o processo estava a decorrer na USF de Alpiarça, com o apoio da Câmara Municipal, do CLDS 4G, da Proteção Civil e dos Bombeiros Municipais, estando já vacinada com a primeira dose, cerca de 12% da população do Concelho. Em relação ao processo de regresso às aulas dos alunos do 1.º ciclo e pré-escolar, informou que o mesmo tinha sido acompanhado pelos serviços de Educação do Município e estava a decorrer com normalidade, estando já a decorrer também o fornecimento das refeições, as componentes de apoio à família e o transporte escolar. Referiu que as crianças da Escola do Frade de Baixo estavam a ser transportadas diariamente para a EB 2/3 de Alpiarça, em virtude do decorrer das obras naquela escola, que se previa estarem concluídas a 5 de abril de

2021. Disse que no período do ensino à distância, tinham sido fornecidas 48 refeições diárias a alunos dos escalões A e B do 1.º ciclo e pré-escolar, sendo que o Agrupamento confeccionou cerca de 35 refeições diárias a alunos dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, que depois eram também entregues pelos serviços do Município. Referiu que estava já também agendada a testagem de docentes e pessoal não docente do Agrupamento em virtude do regresso às aulas presenciais dos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo, que já tinha ocorrido e que o Município também já se tinha disponibilizado para colaborar no processo. Explicou que estava em fase de elaboração o Plano de Apoio à Economia Local, e que a ideia era naquela reunião ter sido feita a apresentação e discussão do mesmo, mas tal não tinha sido possível, embora julgasse que na reunião seguinte isso já pudesse acontecer, consistindo o plano em suma num conjunto de medidas de apoio às atividades mais atingidas e incentivo ao consumo local. -----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, para fazer referência ao falecimento da funcionária do Município, Rosa Farinha, que tinha dedicado vários anos da sua vida à Autarquia e que para além das suas qualidades pessoais, era uma excelente profissional, pelo que deixava ali o seu profundo lamento e endereçava os pêsames à família. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Casimira Alves, referindo-se aos serviços prestados pela Biblioteca Municipal em tempos de confinamento, dizendo que o técnico responsável pela Biblioteca, Rui Gaspar e todos os funcionários, estavam a fazer um excelente trabalho junto da população, também com a colaboração dos técnicos do CLDS 4G, pelo que pretendia ali salientar tal facto. Deu conta que já estava a funcionar a plataforma EV, de ajuda aos alunos desde o 1.º ciclo até ao 12.º ano e na qual os mesmos podiam inscrever-se para obter ajuda nos estudos. De seguida disse que o Serviço Educativo do Museu tinha começado a funcionar e estava em articulação com o Agrupamento de Escolas, no sentido de trocarem ideias e de perceber o que podia ser feito para dar a conhecer a Casa dos Patudos aos alunos. Explicou que tinham feito um vídeo com uma mini visita ao Museu, onde se apresentavam algumas curiosidades da Casa Museu, que foi divulgado na página do Município e na página da Casa dos Patudos. Informou ainda que estavam a decorrer os trabalhos de remodelação da Sala Império, que se previa ser possível abrir ao público em junho, com uma exposição de leques. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, começando por referir-se ao falecimento de Rosa Farinha, deixando as condolências à família e aos amigos, bem como uma palavra sentida de reconhecimento pelo trabalho prestado pela mesma à Autarquia. De seguida, referiu-se às medidas de combate à Covid 19,

propostas pelos Vereadores do PS, e sobretudo ao plano de apoio à recuperação económica dos vários agentes económicos do Município, explicando que tinham feito um conjunto de propostas, que rapidamente tinham sido implementadas e assumidas, mas havia um conjunto de outras propostas que ainda não tinham tido qualquer consequência e que entendia que eram fundamentais para ir de encontro às necessidades dos agentes económicos, pelo que ficava na expectativa de verificar o que o Plano iria contemplar. Em relação à vacinação, disse que não havia uma informação muito específica sobre os dados do processo, sabendo-se apenas que no Concelho teriam ocorrido cerca de mil inoculações, o que significava que havia ainda muitas pessoas à espera da segunda dose, sendo que com a suspensão da vacina da Astrazeneca ficariam de fora da vacinação muitas pessoas, pois tanto quanto sabia tal vacina não era recomendada para pessoas com mais de 80 anos. Referiu que era recomendada para as pessoas com mais de 50 anos com patologias associadas, pelo que questionava se o senhor Presidente sabia qual iria ser o modo de proceder nas USF tendo em conta tal suspensão, uma vez que as pessoas daquele grupo não estariam atualmente a receber vacinação. Questionou também se o senhor Presidente da Câmara Municipal sabia se tinha sido ou não cogitada a possibilidade de ser criado um centro de vacinação, uma vez que a vacinação em Alpiarça estava a decorrer no Centro de Saúde e se tal facto estaria a criar constrangimentos à restante atividade naquele local. Em relação à testagem dos profissionais da educação, questionou o porquê de tal processo não se ter iniciado antes do retomar das aulas presenciais e se a Câmara Municipal não poderia ter tido alguma influência nesse sentido. Disse que tinha verificado que o Centro Escolar Abel Avelino estava encerrado, e que as crianças do 1.º ciclo tinham voltado todas para a Escola EB1/JI de Alpiarça, pelo que questionava se tal situação fazia sentido, uma vez que se pretendia manter algumas regras de segurança e de distanciamento para as crianças que estavam no espaço da escola, considerando que em tempo normal tais crianças estavam divididas por duas escolas e com a pandemia estavam todas no mesmo espaço. Perguntou qual o ponto de situação das obras do relvado sintético e dos balneários e em concreto se as mesmas estariam concluídas antes de ser retomada a atividade desportiva no local. Em relação à barragem, disse que tinha percebido que havia alguns detritos no local e questionou se havia intenção de fazer uma limpeza no local, e que a mesma fosse estendida à zona do Parque de Campismo, uma vez que, julgava que quando se passava junto à entrada do parque de campismo, a imagem que se tinha não era agradável. Perguntou em que consistia a ação de sensibilização referida pelo senhor Presidente, feita junto dos munícipes relativamente à vacinação. Relembrou que há algumas reuniões atrás teria sido esclarecido pelo senhor Vereador João Arraiolos o que se passava com a vala que estava a ser aberta na zona de estacionamento da barragem. Na mesma altura, teria sido feita uma

referência às luminárias situadas do outro lado da Casa dos Patudos, no sentido de que as mesmas iriam ser mudadas para o outro lado da rua porque as pinheiras ficavam a tapá-las e aquelas acabavam por não iluminar suficientemente a rua, tendo considerado que não lhe parecia adequado mudar as mesmas para a frente da Casa dos Patudos, pois seriam elementos que ali ficariam a comprometer a vista da Casa. Por fim, salientou o trabalho já ali referido da Biblioteca Municipal, e disse que considerava que a Casa dos Patudos se vinha a afirmar como um Museu de referência, mais do que local ou regional havia já alguns anos, mas julga que o Serviço Educativo pode ir muito mais longe e, como tal, deixou ali a sugestão de se pensar o que poderia ser um verdadeiro Serviço Educativo da Casa dos Patudos, de se pensar “fora da caixa”, pois o património que ali existe permite que a oferta seja muito mais diferenciada e dirigida aos jovens que quisessem ter alguma ligação à história, às artes e que pudessem chegar ao 12.º e candidatarem-se a cursos superiores, com uma “bagagem” completamente diferente daquela a que tinham acesso atualmente e uma maior valorização dos currículos.-----

--- Tomou a palavra o senhor Vereador António Moreira, começando também por lamentar o falecimento de Rosa Farinha e por apresentar as condolências à família. Pediu ao senhor Vereador João Arraiolos informações sobre o número de vacinas da gripe que o Município tinha subsidiado e agradeceu ao senhor Presidente a informação sobre os dados do Covid. Questionou como estava a situação dos trabalhos de reparação das tampas de saneamento da Rua José Relvas, nomeadamente se já tinha sido feito algum pedido às Águas do Ribatejo para arranjar as tampas, pois havia algumas na rua em causa que estavam completamente soltas e a responsabilidade era da empresa. Perguntou como estava a situação da habitação propriedade do Município, sita nos 46 fogos, lote C n.º 1, uma vez que tinha conhecimento que o munícipe já se tinha deslocado à Câmara Municipal mais do que uma vez e não tinha sido recebido. Questionou, também, como estava a situação de Vale de Tojeiros e referiu-se aos postes situados no lado contrário à Casa dos Patudos, explicando que achava que em vez de retirarem os postes, podiam passar os fios por dentro do jardim, pois assim o problema ficava resolvido. -----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por explicar que já estavam no terreno um conjunto de medidas de apoio no combate à pandemia que tinham incorporado medidas propostas pelos senhores Vereadores do PS e até pela própria Assembleia Municipal, mas era preciso salientar que não era possível alocar ao Plano meios de que se não dispunha, considerando que a própria conjuntura que ainda se vivia, tornava a planificação de toda a atividade municipal muito incerta não se sabendo por isso se aquilo que se poderia vir a desenvolver e a oferecer, iria ao encontro das expectativas e das necessidades dos agentes económicos. Frisou também que, por outro lado, o Município não se devia substituir à



Administração Central naquilo que eram as suas responsabilidades, embora soubesse que em muitas situações se não fossem as autarquias as respostas não seriam dadas, mas de todo o modo deveriam haver limites e a resposta deveria ser equilibrada. Em relação à vacinação disse que o Centro de Saúde já tinha enviado informação sobre os números de vacinados no Concelho e depois podia remetê-los aos senhores Vereadores, mas sobre a vacina da Astrazeneca não tinha informações concretas acerca da sua utilização, até porque o processo era conduzido pelo Ministério da Saúde e, como tal, certas informações ainda não lhe tinham chegado. Sobre o centro de vacinação, explicou que lhe tinha sido transmitido que não iria ser necessária a instalação do mesmo, uma vez que o processo estava a decorrer dentro da normalidade no próprio Centro de Saúde, mas caso viesse a ser necessário, a Câmara Municipal tinha espaços que podia disponibilizar, embora depois pudesse ser mais difícil ajustar os meios humanos existentes. Quanto ao momento da testagem da comunidade escolar, explicou que a Câmara Municipal não tinha qualquer interferência no assunto, pois o processo era da responsabilidade da Administração Central e em relação à utilização da Escola Abel Avelino, explicou que a opção tinha sido tomada pelo Agrupamento, em articulação com a Câmara Municipal, logo no início do ano e tinha tido na base não apenas a questão da pandemia, mas também a questão do início das próprias obras, tendo-se definido que o 2.º ciclo passaria para o Centro Escolar Abel Avelino e o 1.º ciclo para a EB 1/JI de Alpiarça.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que informou que a intervenção no relvado tinha início previsto para o dia 25 de Março e duraria cerca de 30 dias, sendo que os treinos podiam eventualmente ser retomados a 19 de abril e nesse caso, poderia ser utilizado o Complexo Desportivo para o efeito. Disse que já tinha assinado o relatório no processo dos balneários e por isso, a obra talvez pudesse começar dentro de quinze dias, se tudo decorresse dentro da normalidade. Explicou que foram retirados os eucaliptos na barragem e limpos os detritos, pelo que atualmente se verificam menos do que anteriormente e em relação ao Parque de Campismo, explicou que todos os anos a Autarquia colaborava com a concessionária a pedido da mesma, em trabalhos de limpeza com máquinas de maior porte e certamente que isso iria voltar a acontecer, de modo a permitir melhorar as condições no local. Quanto às ações de sensibilização, explicou que se tratavam essencialmente de deslocações que os técnicos do CLDS 4G faziam à casa dos utentes com os quais não era possível contactar telefonicamente, no sentido de os sensibilizar e informar sobre o processo e a necessidade de serem vacinados. Acerca das luminárias do Museu, explicou que o processo tinha sido alvo de análise dos serviços municipais e dos serviços da E-Redes, sendo que a primeira sugestão tinha sido a de enterrar os cabos no local onde os postes estavam, mas a resposta tinha sido precisamente no sentido de não manter equipamentos em terrenos privados e



como tal, tinham chegado à solução de deslocar os postes de sítio. Referiu que numa outra reunião daria os números da vacina da gripe e, também, que iria reportar de novo a situação das tampas de esgoto à Águas do Ribatejo. Em relação à habitação do Bairro dos 46 fogos, já tinha remetido o assunto para os serviços técnicos no sentido de ser equacionada uma solução que resolvesse todos os problemas da habitação. Quanto ao Vale Tojeiros, disse que era uma situação que não tinham ainda conseguido ultrapassar ao longo dos anos, claramente por falta de pessoal, mas era uma situação que iriam fazer de tudo para se resolver o mais depressa possível. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Casimira Alves, dizendo que o Serviço Educativo do Museu tinha começado a funcionar, estava a avançar com pequenos passos, até porque atualmente não se podia fazer nada presencialmente e, como tal, não estava a ser fácil avançar. Explicou que tinham começado por fazer um vídeo sobre as curiosidades da Casa Museu que tinha sido divulgado na página do Município e na página da Casa dos Patudos, e atualmente estavam a aguardar resposta do Agrupamento das Escolas para dar continuidade a um projeto que se designava “Um olhar inocente”, que iria começar com ateliers dirigidos aos alunos do primeiro ciclo e terminaria com uma exposição das obras que resultassem desses ateliers em que a Câmara Municipal fornecia as telas, as tintas e os pincéis aos alunos. Terminou, frisando que o projeto já estava pensado havia algum tempo, e tinha-se entretanto iniciado, com a perspetiva de no futuro abrir a outros alunos e alargar a outros desafios e outras ideias. -----

**Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----**

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

--- **Ponto 01 - Ata para apreciação e votação. Proposta de Ata n.º 3/2021 - Reunião realizada no dia 12/02/2021. Município de Alpiarça. Para Deliberação.**-----

--- O senhor Vereador António Moreira sugeriu uma alteração à ata. -----

--- Deliberação: A Ata foi aprovada por unanimidade.-----

--- **Ponto 02 – Ata para apreciação e votação. Proposta de Ata n.º 4/2021 - Reunião realizada no dia 25/02/2021. Município de Alpiarça. Para Deliberação.**-----

--- O senhor Vereador António Moreira sugeriu uma alteração à ata. -----



--- Deliberação: A Ata foi aprovada por unanimidade.-----

--- **Ponto 03 – Agradecimento – Outdoor colocado pela Câmara na USF de Alpiarça, alusivo à vacinação contra o covid 19. Proponente: Coordenadora da USF de Alpiarça. Para Conhecimento.**

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que tinha sido solicitado pelo Centro de Saúde, algum apoio logístico para o processo de vacinação e, como tal, a Câmara Municipal tinha colocado uma lona junto ao edifício da USF, conforme requerido. -----

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

--- **Ponto 04 – Saudação ao Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça, pelo seu 72.º Aniversário. Proponente: Liga dos Bombeiros Portugueses. Para Conhecimento.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que era habitual a Liga dos Bombeiros Portugueses assinalar os aniversários dos corpos de bombeiros filiados, através duma saudação, que naquele caso estava assinada pelo Presidente da Liga, o Comandante Jaime Marta Soares, que passou a ler: *“Exmo. Senhor. A passagem de um aniversário na vida das Instituições, como na vida das pessoas, constitui um momento importante para o balanço, realização de todo o trabalho realizado e dos seus resultados, como um momento fundamental para testemunhar a vitalidade, dinâmica e aposta de vida e esperança no futuro. O Concelho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses, em nome de toda a família dos Bombeiros Portugueses, no preciso momento em que esse Corpo de Bombeiros festeja o 72.º aniversário dirige-vos uma saudação especial pela comemoração e pelo exemplo e disponibilidade e abnegação que todas as mulheres e homens que o compõem têm assumido em prol do bem-estar e da segurança das comunidades que apoiam e socorrem. Com os nossos melhores cumprimentos.”*-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquele tinha sido outro momento que não tinha sido possível comemorar como habitualmente, mas tinha sido feito um vídeo de divulgação, no qual se tinha procurado integrar a história de 72 anos dos bombeiros de uma forma muito sucinta, valorizando o trabalho, o empenho, a dedicação, a coragem, que tinham sido características dos muitos homens e mulheres que passaram pela Corporação. -----

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

--- **Ponto 05 – Louvor ao Comandante dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, Hugo Filipe Aparício Teodoro. Proponente: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Para Conhecimento.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal, deu nota que o proponente do louvor era o Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil, André Filipe Macedo Fernandes e de seguida leu o voto de louvor: *“Louvor. Por proposta do Comandante Operacional Distrital de Santarém, Mário Silvestre, de 15 de Dezembro de 2020, louvo o Comandante Hugo Filipe Aparício Teodoro, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Comandante dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, e pela dedicação e elevada competência que sempre demonstrou no cumprimento das missões que lhe foram atribuídas pelo Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém. Fruto da sua experiência, formação e elevada capacidade de trabalho, o Comandante Hugo Teodoro constitui-se sempre como um elemento fundamental em todas as operações de proteção e socorro, dentro e fora da sua área de atuação própria, colocando toda a sua disponibilidade e competência ao serviço dos seus concidadãos dentro e fora do distrito. Nos diversos teatros operações, quer nas funções de comandante de operações ou integrando as equipas de posto do comando do distrito de Santarém, demonstrou sempre uma capacidade de análise digna de realce respondendo com elevado dinamismo, ciência e liderança às inúmeras solicitações, por vezes inopinadas e urgentes, tomando decisões e apresentando com oportunidade, propostas adequadas e fundamentadas para os inúmeros e por vezes complexos problemas a resolver, integrando as escalas de serviço de Comandante de permanência às operações. O Comandante Hugo Teodoro, evidenciou sempre e constantemente uma extraordinária dedicação, espírito de iniciativa e elevada capacidade de organização, tendo assumido um papel preponderante na preparação, condução e supervisão das ações de planeamento e gestão de todas as ocorrências de proteção e socorro, que assolaram o distrito de Santarém, com particular destaque para a resposta aos incêndios rurais. No cumprimento da missão conferida, enquanto Comandante do Corpo dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, é de enaltecer a elevada dedicação, profissionalismo e competência, qualidades que aliadas ao seu elevado sentido de missão lhe permitiram identificar, avaliar e implementar em tempo oportuno as soluções mais adequadas para a maximização da capacidade de resposta do seu corpo de bombeiros, fazendo dos Bombeiros Municipais de Alpiarça uma corporação de referência no distrito e no país. Dotado dos princípios humanos e possuidor de excecionais capacidades de liderança, o Comandante Hugo Teodoro, é um exemplo na persecução dos objetivos da Proteção Civil, nomeadamente, na salvaguarda de pessoas e bens. Por tudo o que foi dito anteriormente, pelas excecionais qualidades, virtudes profissionais e humanas que possui e pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e competência profissional, bem como pelo extraordinário zelo colocado em todos os atos de serviço, o Comandante Hugo Teodoro, é digno de ser apontado como ser um exemplo a seguir, dando-se pública nota de que os serviços por si prestados*



*sejam considerados relevantes e de louvado mérito, deles tendo resultado prestígio e honra para os Bombeiros e para a Proteção Civil do distrito de Santarém.”* -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, dizendo que tinha de se reconhecer e valorizar o que outras instituições tinham avaliado, sobre a prestação de alguns conterrâneos que estavam investidos em funções relevantes e que eram funções, naquele caso, extraordinariamente importantes para a população e por isso se associava ao voto de louvor e fazia suas as palavras de reconhecimento ao Comandante Hugo Teodoro e ao que tinha sido a sua prestação enquanto comandante dos Bombeiros Municipais de Alpiarça.-----

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

--- **Ponto 06 – Proposta – Emissão de Certidão de Compropriedade. Requerente: Maria Rosa Fernandes E. Cabelo. Município de Alpiarça. Para deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um prédio, sito na Rua Jacinto dos Mártires Falcão n.º 295, e era um pedido semelhante a outros já apresentados, relacionados com compropriedades.-----

--- Foi dada a palavra à Eng<sup>a</sup> Carla Cunha, que explicou que se tinha verificado que não havia intenção de dividir o prédio, pelo que nada se oponha à emissão da certidão, porque não havia violação do regime dos loteamentos. -----

--- Deliberação: Aprovado por unanimidade, nos termos e fundamentos da proposta apresentada. -----

--- **Ponto 07 – Proposta de Autorização para a Adjudicação por Ajuste Direto das Lojas Números 14/15 (catorze/quinze) do Mercado Municipal de Alpiarça e Aprovação da Minuta do Contrato. Município de Alpiarça. Para Deliberação.** -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos explicou que a proposta de autorização de adjudicação estava a ser apresentada na sequência de uma hasta pública anteriormente desenvolvida que tinha incluído aquelas duas lojas do Mercado Municipal e que previa a possibilidade de adjudicação do espaço, através do procedimento de ajuste direto. O requerimento do interessado era já de Outubro do ano anterior, tinham havido uma série de desenvolvimentos no processo mas, dada a incerteza em relação à possibilidade de início da atividade, só agora tinha sido possível concretizar a manifestação dessa intenção. Explicou que o requerente pretendia instalar na referida loja uma pizaria, estando a atividade prevista no artigo 9.º do





Regulamento do Mercado Municipal de Alpiarça, pelo que a proposta era no sentido de fazer a adjudicação pelo prazo de 5 anos, renovável por períodos anuais como era hábito, com uma renda mensal de 100 euros.

--- Interveio o senhor Vereador António Moreira, para questionar se a renda era 100 euros cada loja ou 100 euros as duas lojas. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, para referir que na cláusula 6.ª, relativa à cedência a terceiros, se dizia no n.º 1 que “(...) o titular direito de ocupação pode ceder a terceiros a ocupação do espaço com previa autorização da Câmara Municipal de Alpiarça, desde que mediante o pagamento de quantia à Câmara Municipal (...)”, pelo que gostava de saber qual era essa quantia. -----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos para explicar que o valor era 100 euros pelas lojas 14 e 15, que atualmente eram uma loja dupla e que a quantia da cedência a terceiros era a que estava prevista no Regulamento.-----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona para dizer que nesse caso deveria mencionar-se que a quantia era a que estava prevista no Regulamento, porque daquela forma faltava ali qualquer coisa. Continuou a intervenção dizendo que concordava que se fizesse aquele ajuste direto, até porque achava que todas as oportunidades para desenvolver atividade no Concelho e sobretudo para dinamizar um espaço que era do Município eram necessárias, mas chamava a atenção para o facto de não serem apresentadas propostas na hasta pública que importava obrigações adicionais que deviam ser cumpridas, e depois mais tarde apresentavam-se propostas para tentar contornar tais obrigações, através do ajuste direto, o que não lhe parecia um procedimento muito correto. Considerou que as pessoas até podiam ter essa tentação, apesar de isso não ser ilegal, mas era injusto para as pessoas que tinham ido à hasta pública e que tinham cumprido um conjunto de obrigações para poderem ficar com as lojas, pelo que sugeria que mesmo que fossem feitos ajustes diretos à posteriori, a Câmara fizesse cumprir as mesmas obrigações que constavam na hasta pública para que quem viesse depois não ficasse nem beneficiado, nem prejudicado, relativamente aos outros que tinham ido à hasta pública. -----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer que fazia sentido a observação da senhora Vereadora Sónia Sanfona, embora aquela fosse uma forma de tornar o processo mais célere. -----

--- Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----  
**--- Ponto 08 – Proposta de Deliberação sobre o Exercício do Direito de Reversão do Município na Alienação de Imóvel. Município de Alpiarça. Para deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.** -----



--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o assunto já tinha sido apresentado numa reunião de Câmara e já tinha sido deliberado não exercer o direito de reversão, sendo que pelas questões que tinham sido colocadas na altura, a decisão contrária iria implicar ter que se assumir os ónus e as responsabilidades que estavam associadas à construção que lá tinha sido realizada pela empresa “Conframonta”, porque a mesma tinha entrado num processo de falência. Disse que, depois a venda pretendida não se tinha concretizado e, como tal, tinha sido agora apresentado novo pedido, para transmissão a uma nova empresa, e no fundo a ideia era manter a deliberação de Novembro de 2018, ou seja, não exercer o direito de reversão sobre o lote. -----

--- Tomou a palavra a senhora Vereadora Sónia Sanfona, para dizer que na certidão da Conservatória não conseguia ver a que é que se dedicava a empresa que era credora hipotecária, não fazia ideia que tipo de empresa era, mas independentemente disso o que era evidente era que o valor do lote, tal como estava referido no parecer, não parecia justificar que o Município de facto exercesse o direito de reversão, até porque o conjunto de penhoras somadas eram capazes de ultrapassar o valor tributável. -----

--- Deliberação: Aprovado por unanimidade, nos termos e fundamentos da proposta apresentada. -----

--- **Ponto 09 – Informação – Concurso Público N.º CP – 14/2020 - “Empreitada de requalificação da Escola Básica 2,3 S – José Relvas de Alpiarça” - Resposta à Impugnação da Reclamante Tecnorém. Município de Alpiarça. Para deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que quando a Câmara tinha aprovado a adjudicação à empresa Secal, sob proposta do júri, se tinha chegado a antever uma eventual reclamação, por parte doutros concorrentes. Disse que tinha havido uma reclamação da Tecnorém, que levantava algumas considerações sobre a avaliação que tinha sido feita às propostas, aos métodos e tecnologias a usar na obra, tendo em conta o caderno de encargos. Salientou que tinha sido dado um parecer conjunto pelo Eng.º Jorge Alfaiate e pelo Dr. Francisco Madeira Lopes, que ia no sentido de responder às questões que tinham sido levantadas pela Tecnorém, e propunha a manutenção da decisão de adjudicação, podendo a Câmara Municipal a partir dali avançar para a assinatura do contrato de empreitada, que depois tinha que ser submetido ao Tribunal de Contas para emissão de visto, para que depois se desse início o mais rapidamente possível à obra. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, referindo que não tinham sido remetidas as propostas apresentadas a concurso, nomeadamente, as memórias descritivas, que de alguma maneira dariam alguma perceção sobre aquilo que estava a ser respondido, pelo que era difícil perceber se o alcance da resposta

era satisfatório ou não, ou seja, havia muitas considerações quer na suposta reclamação, quer na resposta que ali se propunha, que eram extremamente genéricas e, portanto, ficava com alguma dificuldade em perceber se as diferenças das propostas eram ou não substanciais. Continuou, dizendo que também não se referia ali quais tinham sido os critérios que tinham presidido à adjudicação, ou seja, quais eram os critérios para declarar vencedora uma ou outra empresa, porque julgava que não era só o critério preço, mas que havia uma percentagem para a qualidade da proposta e outra para o preço.-----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos para explicar que as componentes eram 50% para o preço, 30% para o prazo e 20% para a valia técnica. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona dizendo que segundo o que tinha conseguido perceber, depois de dada a resposta a tal reclamação, o processo por parte do Município podia avançar, ou seja, podia ser validada a proposta de ordenação dos candidatos, podia ser feito o auto de adjudicação e podia dar-se início à obra, mas não deveria colocar-se de parte a possibilidade da empresa Tecnorém fazer uma impugnação judicial, pelo que perguntava se o procedimento concursal podia ter execução financeira e execução técnica, mesmo estando pendente uma impugnação judicial, até porque se a empresa viesse a ganhar a impugnação, haveria consequências para o Município, nomeadamente, o pagamento de um conjunto de valores a essa empresa. Questionou, também, o que aconteceria se a Câmara optasse por não avançar com a obra, no caso de haver impugnação judicial, nomeadamente, na questão dos fundos comunitários. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que havia sempre um risco, pois qualquer uma das empresas podia sempre reclamar ou até avançar para algum tipo de impugnação, até porque naquele caso os valores das propostas eram próximos, havendo por isso uma margem de desconhecimento, e até podia acontecer o concurso ter que se repetir e depois nem aparecerem concorrentes, mas pensava que a resposta ali apresentada respondia às questões colocadas pela empresa reclamante, no sentido de a mesma não ter razão para avançar com mais nenhum procedimento. -----

--- A senhora Vereadora Sónia Sanfona interveio de novo, para salientar que havia ali algumas questões que eram difíceis de perceber, mas a vontade dos Vereadores do PS era que a obra avançasse, que se fizesse e que não tivesse nenhum obstáculo pelo caminho. -----

--- Deliberação: Aprovado por maioria, com 3 votos a favor (CDU) e 2 abstenções (PS), de acordo com a informação apresentada.-----

#### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----



--- Não houve intervenções do público.-----  
-----

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. -----

--- E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

